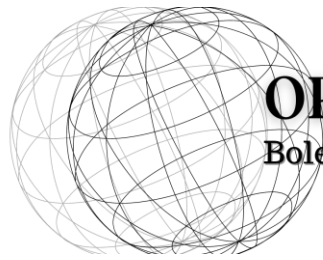


ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – Nº 1
Janeiro-Março/2023
ISSN: 2965-2235



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 1 – Janeiro-Março/2023

ORBIS – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação trimestral de análise de conjuntura editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira - LEPEB. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas relacionadas às três linhas de pesquisa do Laboratório: 1- Cultura, Ideologias e Política Externa; 2- Política Externa do Brasil Republicano; 3- Política Externa, Defesa Nacional, Forças Armadas e Segurança Internacional. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editores-adjuntos

- Danilo Sorato
- Eduardo Heleno de Jesus Santos

Autores/as desta edição

- Danillo Avellar Bragança
- Fernando Roberto de Freitas Almeida
- Karime Ahmad B. Cheaito
- Sergio Schargel
- Tadeu Morato Maciel
- Talita Oliveira

Conselho Editorial

- Ana Amélia Oliveira Penido, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José – FSJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval – EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

www.lepeb.uff.br

lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n

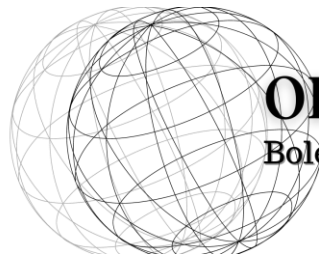
Campus do Valonguinho

Centro – Niterói – RJ

CEP. 24.020-150

www.inest.uff.br

Foto de Capa: Pequim, China, 14.04.2023 - Cerimônia de boas-vindas do presidente Xi Jinping ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à primeira-dama, Janja Lula da Silva, no Grande Palácio do Povo, em Pequim. Foto: Ricardo Stuckert/PR – Agência Brasil.



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

Vol. 1 - Nº 1 – Janeiro-Março/2023

SUMÁRIO

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

Editorial

Equipe Editorial 03

O que resta do Bolsonarismo

Sergio Schargel 05

“Permitam-me (...) dizer o óbvio, o óbvio que, no entanto, foi negado nos últimos quatro anos”: os direitos humanos em 100 dias de governo Lula

Karime Ahmad B. Cheaito 09

Economia: para acabar com a arquitetura da destruição e voltar à civilização

Fernando Roberto de Freitas Almeida 15

Avanços e desafios da Política Externa brasileira após 100 dias de governo Lula

Tadeu Morato Maciel 20

O terceiro governo Lula e os desafios na segurança pública

Talita Ribeiro 25

O governo Lula 3 e as Forças Armadas

Danillo Avellar Bragança 28

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial 33

Editorial

Em novembro de 2022, ao discursar na COP-27, ainda como presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva foi saudado pelos brasileiros presentes – e também por estrangeiros – com o grito de guerra “O Brasil voltou”. Tanto quanto a euforia pelas expectativas de retomada do protagonismo internacional perdido pelo Brasil nos últimos anos, tal grito traduzia um sentimento de alívio pela volta do país à normalidade, após quatro anos de um governo que fabricava e alimentava crises, inclusive para manter sua base social mais radical mobilizada.

No entanto, passada a euforia inicial, o governo eleito começaria a ter a real dimensão dos desafios que enfrentaria, a partir dos relatórios elaborados pelos grupos de trabalho temáticos da transição, que apontaram um quadro bastante grave de destruição e de desestruturação de instituições e de políticas públicas, que vinham sendo construídas e aprimoradas desde os momentos finais da ditadura civil-militar.

O desmonte das políticas ambientais; o esvaziamento da agenda de direitos humanos; o desmantelamento e/ou desvirtuamento de políticas sociais; a instrumentalização política das Forças Armadas; a perda de protagonismo e o isolamento internacional do Brasil; a ampliação da militarização da segurança política e a crescente “bolsonarização” das forças policiais; os problemas decorrentes da gestão desastrosa da pandemia do covid-19; e a crise política permanente advinda das constantes ameaças à democracia e às instituições verbalizadas e articuladas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seu entorno, por exemplo, apareciam entre as questões prioritárias a serem atacadas pelo novo governo. E tudo isto, em meio a uma sociedade ainda bastante dividida e com uma parcela numerosa fortemente identificada com as teses mais extremistas do bolsonarismo radical.

Passados cem dias de governo, inúmeros avanços, nesses e em outros campos, já podem ser visualizados. No entanto, boa parte do legado negativo do antigo governo ainda persiste e necessita ser enfrentado, da mesma maneira que os fantasmas do extremismo, das ameaças à democracia e do golpismo, que continuam a assombrar o país, como se viu e se vê nos atos terroristas de oito de janeiro e na proliferação dos discursos – e práticas – de ódio dirigidos contra os vários “outros”.

Assim, para analisar e refletir criticamente sobre os desafios, expectativas e realizações do novo governo, o ORBIS, boletim trimestral de análise de conjuntura

editado pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF, apresenta em seu primeiro número o dossiê intitulado “Cem dias do governo Lula 3”, que reúne artigos escritos por pesquisadores/as - docentes e pós-graduandos/as - com diferentes formações e interesses de pesquisa. Além do artigo de abertura que se propõe a refletir sobre o bolsonarismo pós- Bolsonaro e sobre os sentidos do oito de janeiro, o dossiê é composto por cinco textos que fazem um balanço desses cem dias em áreas relacionadas a algumas das temáticas de pesquisa do LEPEB: direitos humanos, política externa, economia, segurança pública e Forças Armadas.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

O que resta do Bolsonarismo

Sergio Schargel*

“aquilo que é reacionário para a esquerda torna-se revolucionário para a parte oposta” (BOBBIO, 2011, p. 21).

Não é despropositada a referência ao livro de Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz*, no título deste ensaio. Indo na chave do estabelecido por Michel Gherman (2022), mas também desenvolvido em profundidade em outros trabalhos (SCHARGEL, 2022; 2023), este texto não terá qualquer pudor em se referir ao Bolsonarismo como um movimento de matriz nazifascista. As razões para tal são extensas, e não é nosso foco aqui, já disposto e analisado em profundidade anteriormente.

Decorridos cem dias do governo Lula, podemos confirmar o óbvio: o Bolsonarismo não morreu com a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Enfraqueceu-se, com certeza, em particular após os atentados de 08 de janeiro, mas dá-lo como morto é ignorar não apenas as suas potencialidades, mas as dos movimentos nazifascistas em geral. Como alguns autores vêm ressaltando desde as eleições (ROCHA, 2021; FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019), não é inviável vermos um Bolsonarismo sem Bolsonaro crescer a tempo de 2026. E o 08 de janeiro talvez tenha ajudado a impulsionar esse ponto.

Por uma simples questão de capital político, a rejeição aos atentados de janeiro foi geral, perpassando todos os lados do espectro. Mesmo Bolsonaro, após anos insuflando movimentos semelhantes, rapidamente buscou se distanciar. Está aí um ponto que talvez seja um legado do Bolsonarismo do passado ao Bolsonarismo do futuro: decoro. Este por certo não se o movimento continuar se aglutinando em torno dos Bolsonaro, mas caso se dissemine com um novo Messias. Suponhamos, por exemplo, que um Romeu Zema, ou um Tarcísio de Freitas consigam capitalizar e tomar as rédeas da seita. Não sendo ambos exemplos de decoro, ainda assim estão a anos-luz do ex-presidente neste quesito. Um Bolsonarismo com todos os elementos autoritários anteriores, mas menos histriônico. Se mais ou menos perigoso, somente o tempo dirá.

Por outro lado, se 08 de janeiro foi o auge do autoritarismo bolsonarista, também marcou o seu declínio — embora, ressaltemos, nada impeça que cresça novamente no futuro. Como um animal acuado que mostra as garras, os atentados foram uma espécie

de aglutinação de quatro anos de crescentes ameaças de ruptura. E, apesar dos danos, falharam. Nada os impede de tentar novamente, mas, por enquanto, falharam.

A rejeição maciça — ao menos no plano discursivo — se deu não somente no *establishment* político, mas também entre a sociedade civil. O Datafolha, por exemplo, apontou a rejeição na casa dos 90% (GIELOW, 2023). A grande mídia, em geral tão cautelosa com termos, não teve pudor de rotular terrorismo como tal. Aliado com os bloqueios de estradas e as paralisações anteriores, tão ou mais incômodos à população, vai se gestando uma imagem desagradável do Bolsonarismo àqueles que votaram no Messias sem grande empolgação. Como me revelou um motorista de aplicativo em novembro de 2022, quando passamos por uma manifestação próxima da Rodoviária Novo Rio: “votei em Bolsonaro, mas não concordo em nada com a violência desses manifestantes”.

A mudança do discurso da violência política à ação, embora sozinha insuficiente, vai aos poucos se arraigando no imaginário popular. Da mesma forma que a cobertura mediática sobre a Lava-Jato colocou um adesivo de corrupção no Partido dos Trabalhadores (PT), do qual o partido até hoje não conseguiu se desvincular, o Bolsonarismo se torna inevitavelmente associado com o 08 de janeiro. Se os terroristas desejavam interromper o processo democrático, na prática o efeito foi perverso: apenas conseguiram reforçá-lo. Como sugere Luciano Fedozzi (2023), uma hipótese para a diferença entre dados de duas pesquisas — Atlas, realizada no calor do momento, e Datafolha, dois dias depois —, aponta uma rejeição muito maior na segunda, provavelmente por conta da exposição dos veículos de mídia.

Há algo que é preciso ter sempre em mente quando se fala de Bolsonarismo: o movimento é muito maior do que o Messias que o empresta o nome. Bolsonaro nomeou um grupo de características autoritárias e reacionárias que o antecederam, um fenômeno que vinha de uma década de gestação. Certamente imprimiu a sua marca ao aglutinar esse fenômeno em torno de sua figura, bem como o fortaleceu, mas não foi seu arquiteto. O ex-presidente foi muito mais uma triste coincidência, alguém que se fez disponível no momento certo, do que um articulador astuto. Não há novidade, portanto, em falar em Bolsonarismo sem Bolsonaro.

Não é novidade pelo mesmo motivo que o Bolsonarismo possa ser tudo, menos uma surpresa em um país com uma tradição autoritária como o Brasil. Embora seja seu próprio movimento, recheado de idiosincrasias e contradições, uma mixórdia que junta outros grupos em uma união desconfortável, ele dialoga com antecessores como o Integralismo e a Ditadura Militar. Absorve elementos e aspectos de autoritarismos do passado, não só

no Brasil, mas também estrangeiros, como o flerte com o nazifascismo. A eleição de Jair em 2018 não foi uma surpresa, a surpresa foi a República Nova ter durado tanto tempo sem lidar com equivalentes expressivos do tipo.

O que autores como Robert Paxton (1998) mostram é a necessidade de que um embrião autoritário seja fundido a uma figura messiânica para que surja um fascismo. E o Messias, que traz em seu segundo nome a epítome de sua figura, desempenhou exatamente esse papel. Faltava ao Bolsonarismo antes de Bolsonaro essa configuração fundamental, o líder que dá forma ao movimento, que junta os grupos em tensão. Da mesma forma, o enfraquecimento de Bolsonaro — seja por perder as eleições, por fugir do Brasil, pelos sucessivos escândalos de corrupção, ou mesmo por ser forçado a condenar os ataques de 08 de janeiro — por consequência enfraquece o Bolsonarismo, que se “normaliza” na cultura política autoritária brasileira. Mas basta surgir uma nova figura, ou mesmo o recrudescimento do ex-presidente, para que o tornado retorne.

Para Paxton (1998), a longo prazo o fascismo é insustentável justamente por necessitar de permanente mobilização de sua base. Na prática, ele acaba por seguir dois caminhos: radicalização, como no caso do Nazismo, ou entropia. Quanto a esse último, tende a se “normalizar” em um autoritarismo, aos poucos se fundindo aos aspectos mais tradicionais da direita conservadora. Em suma, gradualmente abandonando um elemento essencial que o faz ser fascismo: sua base de massas.

Esse é o ponto em que parece que o Bolsonarismo se encontra. Uma normalização — se for possível falar em normalização em algo que envolve este movimento — à direita. Uma fusão da cultura política autoritária brasileira com elementos da elite conservadora e liberal. Um novo Integralismo, por assim dizer.

Se ainda é cedo para afirmar com a certeza de um diagnóstico, ao menos podemos assumir que, de fato, o 08 de janeiro não foi a melhor das estratégias do Bolsonarismo. Não somente o afastou da sociedade civil em geral, como mesmo entre alguns de seus adeptos menos fanáticos. Ademais, permitiu uma contraofensiva tardia, mas necessária do governo Lula, enfraquecendo as articulações extremistas e terroristas.

Precisamos sempre ter em mente que o Bolsonarismo, mesmo se o líder for condenado, ainda permanecerá uma força presente por muitos anos. Pode perder força progressivamente, se tornar coadjuvante do cenário político, mas continuará lá. Basta lembrarmos o que ocorreu com o Integralismo, que mesmo se enfraquecendo continua até hoje. Bolsonarismo sem autoritarismo não existe, mas Bolsonarismo sem fascismo, sim. E Bolsonarismo sem Bolsonaro, certamente.

A República Nova passou por seu maior teste desde a redemocratização, e sobreviveu. Respirando por aparelhos, por muito pouco, mas sobreviveu. Por enquanto.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FEDOZZI, Luciano. A invasão dos poderes em Brasília. **A Terra é Redonda**, 07 fev. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-invasao-dos-poderes-em-brasilia/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). **Brasil em transe**: Bolsonaro, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GIELOW, Igor. Datafolha: 93% condenam ataques golpistas, e maioria defende prisões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/datafolha-93-condenam-ataques-golpistas-e-maioria-defende-prisoas.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GHERMAN, Michel. **O não judeu judeu**. São Paulo: Fósforo, 2022.

SCHARGEL, Sergio. **Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil?** Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonaro em seus diversos ciclos e estágios. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2022.

_____. **O fascismo infinito, no real e na ficção**: como a Literatura apresentou o fascismo nos últimos cem anos. Porto Alegre: Bestiário, 2023.

PAXTON, Robert. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**. Chicago: Chicago University Press, v. 70, n. 01, 1998, p. 01-23.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Rio de Janeiro: Caminhos, 2021.

*Doutorando em Ciência Política (UFF), Mestre em Letras (PUC-Rio) e Mestre em Ciência Política (UNIRIO). E-mail: sergioschargel@gmail.com

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

“Permitam-me (...) dizer o óbvio, o óbvio que, no entanto, foi negado nos últimos quatro anos”: os direitos humanos em 100 dias de governo Lula

*Karime Ahmad B. Cheaito**

No plano teórico-legal, os Direitos Humanos foram estabelecidos como fundamentos em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Reconhece-se como direitos humanos os direitos inerentes à toda humanidade, independentemente de gênero, classe social, crença, raça, nacionalidade ou qualquer outra condição de diferenciação. Apesar dos debates existentes em torno do seu lugar de formulação, da sua politização e instrumentalização e das denúncias de violação, seu objetivo principal e originário é fornecer um respaldo que garanta, através de um caráter universal, uma nova concepção de direitos e garantias para todos os seres humanos.

Eleito em 30 de outubro de 2022 para o seu terceiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um país recém-saído de um governo de extrema-direita, com a sociedade dividida e fortemente influenciada por uma agenda ultraconservadora, que transcende a figura do ex-presidente Jair Bolsonaro. Dentre as diversas mazelas herdadas do governo anterior, destacam-se as sequelas e os retrocessos deixados por uma agenda de “direitos humanos não-universais”. No Fórum Econômico Mundial de Davos em 2019, Bolsonaro chegou a afirmar: “Vamos defender a família e os *verdadeiros direitos humanos*”. Mesmo antes do bolsonarismo, os direitos humanos já eram compreendidos setores mais à direita da sociedade como “defesa de bandido”. Com Bolsonaro, evidenciava-se que, dentro daquele governo, as ideias e políticas que fundamentariam a pasta de direitos humanos seriam baseadas no conservadorismo (RAMOS, 2020). A escolha de Damares Alves para comandar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, exemplifica esse ponto. Antes de ser ministra, Damares já se mostrava alinhada com a ideia da “família tradicional conservadora”, foi uma das fundadoras do Movimento Brasil sem Aborto e uma das pioneiras em divulgar falsas informações sobre o “ensino de homossexualidade nas escolas”, que, em 2018, se consagrou na fala de Bolsonaro sobre o falso “kit gay”.

De acordo com o estudo “A Conta do Desmonte – Balanço Geral do Orçamento da União”, produzido pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), durante o governo Bolsonaro, o Brasil retrocedeu no combate às desigualdades e na preservação dos

direitos humanos. De acordo com os dados apresentados, entre 2019 e 2021 os recursos financeiros destinados à promoção da igualdade racial diminuíram mais de oito vezes; os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres caíram 46% e a execução das verbas destinadas ao sistema socioeducativo encolheu 70%.

Os efeitos foram nefastos. A Anistia Internacional chegou a divulgar um relatório de 32 violações de direitos humanos e retrocessos advindos dos mil dias de governo Bolsonaro. Essas violações foram organizadas pela instituição em seis temáticas: gestão da pandemia; liberdade de expressão e ataques à imprensa; discursos antidireitos humanos; violações na Amazônia e direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais; aumento do acesso a armamentos e política de segurança pública; e ameaças ao estado de direito.

Com 100 dias de governo, como o presidente Lula tem conseguido lidar com essa pesada herança? Para realizar essa reflexão, é melhor “começar pelo começo”: a escolha do ministro. O advogado, professor, jurista e filósofo Silvio Almeida – que há mais de 20 anos, atua nas áreas do direito empresarial, do direito econômico e tributário e dos direitos humanos - foi o escolhido por Lula para assumir o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No âmbito acadêmico, principalmente entre os pesquisadores das questões de direitos humanos e raciais, o nome de Almeida já era bastante reconhecido devido à sua obra “Racismo Estrutural” (2019). Para além do espaço acadêmico e teórico, o ministro também era conhecido entre os movimentos sociais por ter presidido o Instituto Luiz Gama, organização de direitos humanos voltada à defesa jurídica das minorias e de causas populares. A troca de Damares Alves por Silvio Almeida trouxe, desde o início, expectativas na ala progressista de que os retrocessos do governo anterior pudessem ser amenizados, apesar dos desafios.

O atual Ministério está dividido nas seguintes áreas de atuação: 1) mulheres; 2) criança e adolescente; 3) juventude; 4) pessoa idosa; 5) pessoa com deficiência e doenças raras; 6) população negra e povos e comunidades tradicionais; 7) pessoas ameaçadas de morte; 8) pessoas desaparecidas; 9) registro civil de nascimento; 10) população em situação de rua; 11) pessoas em situação de trabalho escravo e tortura. Embora 100 dias de governo ainda seja um intervalo de tempo muito curto para conseguirmos fazer análises mais profundas e, principalmente, conseguir prever como a pasta dos direitos humanos vai se desenvolver, é possível apreender o que foi feito e elaborar algumas reflexões. Para realizar esse levantamento, optou-se por analisar os feitos a partir de pautas que haviam sido levantadas pelo presidente desde sua campanha.

O combate a fome pode ser apreendido como a principal agenda do governo desde o período eleitoral. Por esse motivo, nesses 100 dias, identificou-se que essa foi a pauta que mais avançou. O direito humano à alimentação adequada (DHAA) é garantido em nossa constituição (1988): Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição.

A retomada do Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) exemplificam a atenção dada à política de combate à fome. O Bolsa Família foi recriado, com mínimo de R\$ 600 e adicional de R\$ 150 por criança menor de 7 anos. A partir de junho, foi prometido extra de R\$ 50 para gestantes e pessoas de 7 a 18 anos. O PAA tem como objetivo atender tanto a agenda de combate à fome, como as demandas dos pequenos produtores, responsáveis por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A recriação do programa tem como principal objetivo a compra de frutas, verduras, legumes e outros alimentos produzidos por pequenos produtores para encaminhamento para as populações em situação de vulnerabilidade social. Em sua nova versão, o programa quer incentivar a participação de agricultores indígenas e oriundos de comunidades tradicionais, assim como de mulheres agricultoras.

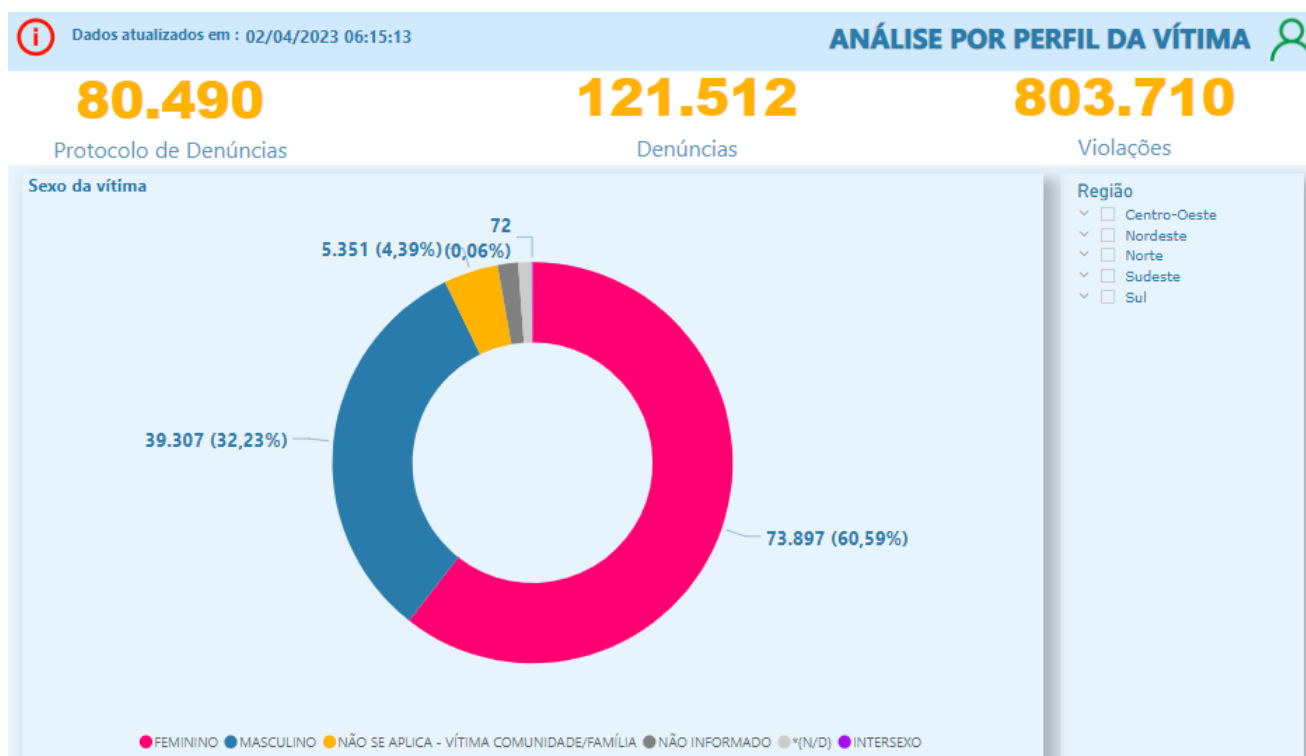
A segunda área analisada foi sobre as populações indígenas. O início do atual governo ficou marcado pelas denúncias da negligência estatal em relação à crise sanitária e humanitária que assolava os Yanomamis, principalmente devido ao garimpo ilegal que se intensificou no governo anterior. Como já havia sido prometido em campanha, ao assumir a presidência, Lula criou o Ministério dos Povos Indígenas, recriou o Conselho Nacional de Política Indigenista e reestruturou a Funai, que foi rebatizada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas e sob o histórico comando de uma mulher indígena. Diante o genocídio dos povos Yanomamis, o governo elaborou medidas de socorro, que envolviam atendimentos médicos, resgate e distribuição de alimentos e, em fevereiro, a Polícia Federal deu início à Operação Libertação para combater a logística e a prática do garimpo ilegal na região.

Sobre a área de assistência médica, um dos programas recriados – inclusive por causa da grave situação Yanomamis – foi o Mais Médicos. Extinto em 2019 e permeado por um conjunto de *Fake News* desenvolvidas por Bolsonaro e seus apoiadores, o programa Mais Médicos retornou e tem sido um dos alvos de maiores críticas dos opositores. Com isso, nota-se um esforço por parte da comunicação do governo de apresentar e explicar como o programa funcionará. Com prioridades dadas para os

médicos brasileiros formados no Brasil ou no exterior, estima-se que até o final de 2023 serão 28 mil profissionais fixados em todo o país, principalmente nas áreas de extrema pobreza e regiões de alta vulnerabilidade social. Com isso, mais de 96 milhões de brasileiros terão a garantia de atendimento médico na atenção primária.

Uma das temáticas mais repercutidas durante o governo Bolsonaro foi a negligência e a redução de recursos ao atendimento e aos canais de denúncia de violência contra mulheres. Essa era também uma pauta que o presidente reforçou em sua campanha e que tem sido protagonizada pela primeira-dama, Rosângela da Silva (Janja). Nestes 100 dias, o governo lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com foco no combate ao feminicídio, liberou recursos para a construção de 40 Casas da Mulher Brasileira para abrigar vítimas de violência doméstica, e, mais recentemente, determinou o funcionamento por 24 horas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e estendeu o Ligue 180 para o WhatsApp.

De janeiro a março, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania registrou os seguintes dados sobre as denúncias recebidas, o que evidencia a importância de se continuar lutando e combatendo a violência de gênero no país:



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (janeiro a março/2023)

Há poucos dias, em 04 de abril, foi divulgada a instituição do Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos, que será concedido a cada dois anos a pessoas que mereçam destaque nas áreas de promoção de defesa desses direitos. Em meio a polêmicas, o prêmio foi instituído após a revogação da Ordem do Mérito Princesa Isabel, que havia sido criada por Bolsonaro. Observa-se que, para as forças políticas que compõem o “núcleo duro” do governo, a igualdade racial é uma agenda presente, latente, urgente e necessária. Além da criação do Ministério da Igualdade Racial, determinou-se reserva de vagas para pessoas negras na administração pública, criou-se o programa Aquilomba Brasil, que visa a promoção dos direitos da população quilombola, criou-se um grupo de trabalho interministerial para elaboração do novo Programa Nacional de Ações Afirmativas e determinou a conclusão do Plano Juventude Negra.

O governo vem cumprindo também a promessa de campanha de pluralidade nos ministérios, com a inclusão de minorias como mulheres, negros e negras, indígenas, PCDs e LBTQIA+. Nessa mesma direção, o governo afirmou que irá recriar o Conselho de Combate à Discriminação LGBTQIA+, órgão participativo extinto durante a gestão Bolsonaro, ao mesmo tempo em que a comunidade LGBTQIA+ brasileira pressiona o governo para a criação de políticas públicas mais efetivas.

Em síntese, no balanço desses cem dias, está claro que pautas que haviam sido levantadas durante a campanha, no que concerne a garantia de direitos humanos no país, estão sendo movimentadas. Contudo, o caminho ainda será longo e contará com pressões, internas e externas. Sobre as pressões e cobranças externas, destacam-se a proteção dos povos indígenas e a ampliação das investigações sobre os atentados de 08 de janeiro, que ameaçaram instituições democráticas. Em fevereiro, o ministro Silvio Almeida representou o governo no Conselho de Direitos Humanos da ONU e elencou algumas propostas de cooperação, que funcionam como indicativos de quais deverão ser as pautas prioritárias para o ministério nos próximos meses. As propostas foram descritas como “alianças”, sendo elas: “aliança pela sobrevivência”, em referência à crise humanitária vivenciada por povos indígenas; “aliança pela vida decente”, referindo-se ao compromisso de combate à pobreza, trabalho digno e direito ao lazer; “aliança pelo direito ao desenvolvimento”, em defesa da cooperação para o desenvolvimento entre países da periferia do capitalismo; e “aliança contra o ódio”, em sintonia com a recente criação pelo ministério de um grupo de trabalho de combate ao discurso de ódio. Como assinalou, com propriedade, o ministro Silvio Almeida: “a extrema direita e o fascismo crescem e articulam-se em um poder de redes que não conhece fronteiras. É nossa missão fazer com que o amor, a solidariedade e a paz também não conheçam fronteiras”.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ações e Programas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-e-programas-1>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 abr. 2023.

BOLSONARO em Davos em 4 pontos: reformas, meio ambiente, ideologia e direitos humanos. **El País Brasil**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548175604_469971.html>. Acesso em: 7 abr. 2023.

CARDOSO, Alessandra et al. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União**. Brasília: INESC, 2021.

RAMOS, Guilherme Antunes. Bolsonarismo, conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. **Mural Internacional**, v. 11, 2020.

* Mestra em Estudos Estratégicos (PPGEST-UFF) e pesquisadora do Laboratório NEXUS: Segurança e Desenvolvimento na Política Global (UFF). E-mail: karimecheaito@id.uff.br

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

Economia: para acabar com a arquitetura da destruição e voltar à civilização

*Fernando Roberto de Freitas Almeida**

A primeira reunião ministerial do terceiro governo Lula, em 6/1, mostrou a complexidade da nova administração, responsável por reconstruir o país, após quatro anos de destruição deliberada de mecanismos da administração pública, em todas as áreas. Muito da tradição do partido vitorioso em 2022, ao ocupar a esfera federal, era admirado mundialmente, em especial nas áreas de Saúde e da preservação ambiental, além dos sucessos no combate à fome e às desigualdades, de sua política externa “altiva e ativa”. Internamente, também, por não romper regras aceitas pelo “mercado”.

Um balanço dos títulos de livros de não-ficção publicados no Brasil, em 2022 apontou que a maior parte deles, de jornalismo investigativo, referiu-se ao movimento que levou Jair ao poder, relatos de um universo paralelo, de horror. Um balanço das redes sociais pós-eleição, também mostrou acentuado decréscimo das citações a Bolsonaro, com rápida evolução positiva das citações referentes a Lula. Imediatamente, mundo afora, chefes de Estado e de governo, além da grande imprensa começaram a saudar que “o Brasil voltou”.

Dois dias depois, em 8/1, a extrema direita mostrou ter sido apenas derrotada em processo eleitoral – derrota não aceita, aliás - e continuar mantendo capacidade de mobilização, visando a registrar que continuará atuando, agressivamente. Tratou-se de uma associação de movimentos fascistas diversos, mantidos por empresários incapazes de aceitar a volta de um governo com preocupações voltadas a questões sociais. Contaram com cobertura de militares de formação autoritária, incapazes de sair de um pensamento binário, típico da Guerra Fria, resultado de nunca se ter reformado os currículos das escolas das Forças. O apoio de políticos eleitos com discursos de ódio e de lideranças religiosas não poderia faltar, com associação com defensores do crime organizado. Para a retirada da extrema direita foi necessário articular uma frente muito ampla, agregando a direita pretensamente não simpatizante do fascismo e, inevitavelmente, abarcando partidos-balcões de negócios. De fato, são a maioria. Estes haviam aceitado bem os retrocessos nas três grandes áreas de políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento do país: Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Socioambiental e Climática, e Defesa da Democracia e

Reconstrução do Estado e da Soberania, além da declaração orgulhosa do chanceler bolsonarista, de nos termos tornado párias no sistema internacional.

O governo Lula divulgou um Relatório de Transição minucioso, apresentando uma “radiografia do desmonte do desmonte do Estado e das políticas públicas”. Políticas públicas de Saúde (cortes no orçamento para 2023 da ordem de R\$ 10,47 bilhões), Previdência e Assistência Social, Educação (sequer contratou a impressão de livros didáticos para 2023), e várias outras, foram “desfinanciadas”. Contudo, o teto de gastos, definido por Temer (incrivelmente congelando gastos públicos por 20 anos) foi ultrapassado cinco vezes, na gestão de Paulo Guedes, gerando dispêndios no valor de cerca de R\$ 800 bilhões. Inicialmente alegados como necessidades da pandemia, logo se apresentaram descaradamente como armamento pesado para a sustentação política de Bolsonaro, com vistas à sua reeleição. O Relatório tratou, em seções e subseções específicas, de Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos, Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Cultura, Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, Juventude, Povos Indígenas, Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Infraestrutura, Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação, Minas e Energia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente, Centro de Governo, Planejamento, Orçamento e Gestão, Justiça, Transparência, Integridade e Controle, Participação Social, Comunicação Social, ao fim do documento, Relações Exteriores, Em todas essas áreas, o legado é de terra arrasada e a fusão de ministérios importantes num Ministério da Economia agigantado, sob direção do economista ultraliberal Paulo Guedes foi um dos principais fatores para que Bolsonaro até pudesse apresentar um *slogan* oposto ao dos anos JK: “recuar 40 anos em quatro”.

Conseguiu-se, mediante muita negociação e habilidade, a aprovação de uma “PEC da Transição”. Seria necessário atender demandas evidentes, cumprir as promessas de campanha e, principalmente, ter condições de governar, sem ultrapassar o famigerado “teto de gastos”, uma missão impossível. Aprovada a PEC (PEC 32/22), pôde ser anunciada a volta do Bolsa Família (renomeada pelo governo anterior como Auxílio Brasil, com um adicional de R\$ 150,00 por criança de até seis anos, buscar aumentar o salário-mínimo, em termos reais (o verdadeiro grande motivo da ampliação do mercado interno nos governos anteriores do PT) e o repasse de recursos para as áreas sociais, como o Farmácia Popular, Auxílio Gás e o reforço à merenda escolar, entre outros Assim, a PEC promoveria mudança no texto constitucional, eliminando a possibilidade de tais atos serem considerados irregulares, liberando R\$ 145 bilhões. Foi aprovada na forma

de um substitutivo do relator, um deputado do União Brasil. Segundo o portal da Câmara dos Deputados:

De acordo com o texto, o espaço orçamentário não valerá para 2024 como constava da PEC original de autoria do Senado. Outra alteração feita decorre do acordo entre as lideranças partidárias e o governo eleito para alocar os recursos das emendas de relator-geral do Orçamento 2023, consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta segunda-feira (19). Pelo acordo, esses recursos serão rateados entre emendas individuais e programações de execução discricionária pelo Executivo (de execução não obrigatória). Segundo o texto aprovado, o relator-geral poderá apresentar até R\$ 9,85 bilhões em emendas para políticas públicas (50,77% dos R\$ 19,4 bilhões das emendas de relator consideradas inconstitucionais). A outra metade foi direcionada para emendas individuais, que passam de R\$ 11,7 bilhões em 2023 (R\$ 19,7 milhões por parlamentar) para cerca de R\$ 21 bilhões. Daqui em diante, o valor global também aumenta, de 1,2% da receita corrente líquida da União para 2%. Entretanto, a divisão não será mais igualitária entre senadores e deputados. A Câmara ficará com 77,5% do valor global das emendas individuais; e o Senado, com 22,5%. O texto da PEC 32/22 também dispensa o Poder Executivo de pedir autorização do Congresso para emitir títulos da dívida pública para financiar despesas correntes nesse montante de R\$ 145 bilhões no próximo ano, contornando a chamada “regra de ouro”. Os recursos ficarão de fora ainda da meta de resultado primário. Segundo o senador Marcelo Castro (MDB-PI), primeiro signatário da PEC e relator-geral do Orçamento para 2023, R\$ 70 bilhões serão destinados ao Bolsa Família, que retorna no lugar do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 por mês mais uma parcela adicional de R\$ 150 para cada criança de até seis anos em todos os grupos familiares atendidos pelo programa. O valor adicional complementa o montante já constante do Orçamento, que daria para pagar um benefício de R\$ 405 no próximo ano. Os outros R\$ 75 bilhões, segundo o relator, poderão ir para despesas como políticas de saúde (R\$ 16,6 bilhões), entre elas o programa Farmácia Popular e o aumento real do salário-mínimo (R\$ 6,8 bilhões). Ações diretamente voltadas a políticas públicas para mulheres, como combate à violência doméstica e familiar, deverão constar no uso dessa margem aberta (Agência Câmara de Notícias)

A discussão das diversas propostas para reformas passará por lideranças na Câmara e no Senado herdadas da gestão anterior, num cenário de ameaças à governabilidade, por parte da Câmara. Claro que temas essenciais à retomada do desenvolvimento puderam voltar a ser discutidos com seriedade, embora venham demandar, igualmente, embates acirrados sobre reformas, como a tributária. Sendo um governo de frente ampla, ministérios estratégicos foram entregues a políticos não comprometidos com um necessário ideário desenvolvimentista, que se volta a discutir. Lideranças como Simone Tebet, no Planejamento e o próprio vice-presidente, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, estarão colocados a discutir

com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do PT, aliás também propenso a não se atritar com o “mercado”. Em razão de sérios condicionamentos criados por este mesmo “mercado”, desde o golpe contra Dilma Rousseff, Haddad precisa lidar com a “independência” do Banco Central, sob direção de um técnico-financista que se alinhava em redes sociais ao bolsonarismo. Os posicionamentos do ministro da Fazenda não são tão incisivos quanto se esperaria do detentor de cargo de tamanho peso. A taxa de juros brasileira, diante da inflação relativamente baixa e das condições macroeconômicas do país espanta analistas de todo o mundo. Não se vislumbra como reverter essa “autonomia” do Bacen, que, de fato, existe relação aos interesses do eleitorado vitorioso. Lembrando: em relação ao pleito de 2018, o PT conquistou mais 13,3 milhões de votos e Bolsonaro apenas mais 403 mil. A mudança em práticas que a grande imprensa trata como estritamente técnicas, será lenta e dificultada pelos representantes eleitos do capital. Regras fiscais mais favoráveis à adoção de novas políticas precisam ser construídas paulatinamente. Destaque-se que o crédito muito caro já incomoda diversos agentes financeiros e o comércio, em geral, levando a desgaste do neto de Roberto Campos, que permanecerá no cargo. Outra iniciativa importante e necessária, a de reduzir benefícios fiscais a grandes grupos, é sempre complicada a qualquer governante que queira racionalizar situações frequentemente absurdas.

Âncora fiscal ou ajuste fiscal, agora com o nome de “arcabouço fiscal”, é discussão emergencial e, passados três meses da posse, negociam-se não só as condições de governo para 2023, mas também a LDO para 2024. Despesas previstas em R\$ 172 bilhões acima do teto estão condicionadas à aprovação deste “arcabouço”. Manter a meta de inflação em 3,25%, com tolerância de 1,75% é algo que se discute, sabendo-se que não será atingida, nem agora, e dificilmente no próximo ano. A dívida pública bruta federal, conforme proposta encaminhada ao Congresso, em abril, será de 77,7%, em 2024, 78,25% em 2025 e 79,3% em 2026. Percentual administrável e baixo, em níveis internacionais, mas ascendente. Outra grande preocupação são os precatórios. Foram postergados, para facilitar os gastos visando à reeleição de Bolsonaro, e poderão aumentar agora em mais de R\$ 100 bilhões e, ao longo do governo Lula, atingirem R\$ 460 bilhões.

No que se refere ao comércio exterior, o mês de março registrou o maior saldo da Balança Comercial na história (US\$ 11,1 bilhões) e a CNI projeta superávit de US\$ 55,7 bilhões em 2023. O fato de o agronegócio, em geral apoiador do bolsonarismo, estar à frente das exportações, é fonte de tensões políticas. Neste campo, o retorno da

diplomacia presidencial, além de permitir melhores negócios, também vem permitindo captar fortes investimentos, em especial do maior parceiro comercial, a China.

Deve-se observar que a campanha para derrotar a extrema-direita criou expectativas amplas, recolocando discussões necessárias, como a taxaço de grandes fortunas, e as demandas dos movimentos sociais no campo, tabus, para o Congresso e, claro, para todos os grandes meios de comunicaço.

Embora tudo ainda esteja sendo negociado, o envio de proposta de reajuste do salário-mínimo em 5,2% para 2024, ou seja, sem ganho real, acarretará ônus político evidente. Frustraço es que não deixarão de ser magnificadas de modo oportunista pela mídia, e já aparecem na segunda pesquisa de opinião do Ipec, sobre o governo não ter feito tudo que dele se esperava. É preciso atentar para todas as sinalizaço es possíveis à populaço es. Administrar frente amplíssima dará muito trabalho.

*Economista, Doutor em História Política (UERJ) e Professor do INEST-UFF. E-mail: fernandoroberto@id.uff.br

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

Avanços e desafios da Política Externa brasileira após 100 dias de governo Lula

*Tadeu Morato Maciel**

Em dezembro de 2022, no âmbito das ações da Comissão de Transição Governamental, houve a publicação do relatório final do Grupo Técnico de Relações Exteriores, no qual consta que, durante a gestão Bolsonaro, “a combinação entre o desmonte de políticas públicas, em nível interno, e o predomínio de visão isolacionista do mundo, no nível externo, afetou a imagem do país e prejudicou a capacidade brasileira de influir sobre temas da agenda global” (GT-RE, 2022, p. 4). Efetivamente, a chegada do diplomata Ernesto Araújo à chefia do Itamaraty (sucedido, em 2021, por Carlos França) trouxe no bojo a promoção de uma guinada radical e sem precedentes nas diretrizes, orientações e estruturação interna da Política Externa Brasileira (PEB).

Diante desse cenário, o presidente Lula, em seu terceiro mandato, tem enfrentado, nesses primeiros 100 dias de governo, um dos maiores desafios na história da Política Externa Brasileira: reconstruir a imagem e a estratégia de inserção internacional do país. Para isso, Lula inaugurou uma ativa diplomacia presidencial, mesmo antes de assumir o governo, ao relatar que o Brasil estaria de volta ao mundo, durante a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), no Egito em novembro de 2022.

Além de reerguer a imagem do país, o novo governo tem buscado reestruturar o próprio Itamaraty. Atualmente, este ministério está sob o comando do chanceler Mauro Vieira (que estava à frente do Itamaraty durante o golpe à presidenta Dilma Rousseff) e da embaixadora Maria Laura Rocha, que conduz a Secretaria Geral, órgão central de direção do Ministério, que pela primeira vez será ocupado por uma mulher.

Em sua nova estrutura organizacional, o governo Lula retoma funções de chefia extintas durante o governo Bolsonaro, incluindo uma secretaria para a América Latina e outra para o Meio Ambiente. Há o retorno de secretarias dedicadas apenas à África e Oriente Médio, e Ásia e Pacífico. Já as relações com os EUA estarão sob a responsabilidade da Secretaria de Europa e América do Norte. Destaca-se a relevância fornecida à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que estava subordinada à Secretaria de Comércio Exterior, mas na nova gestão responderá diretamente à Secretaria Geral. Além disso, o Itamaraty contará com uma inédita Assessoria de Participação Social e Diversidade, com objetivo de promover maior interlocução com a academia e a sociedade em geral.

Em relação ao regionalismo, entre valores conservadores e má gestão na pandemia, ficou evidente o inexistente espaço prioritário conferido ao relacionamento do governo Bolsonaro com o entorno estratégico. A imagem do Brasil na América Latina (especialmente na região sul-americana) ficou tão deteriorada que impossibilita a

reivindicação imediata do possível papel de liderança regional. Diante desse cenário, o governo se dispôs a contribuir com bens públicos regionais que ajudem a lidar com desafios comuns da região, como o crime transnacional, a desigualdade social, a falta de integração física, o desmatamento e a questão migratória.

Dentre os primeiros esforços do Brasil rumo à reaproximação com a América Latina, destaca-se a visita de Lula, em meados de janeiro, ao presidente argentino, Alberto Fernández, em Buenos Aires. Tal visita não representou apenas o esforço da atual política externa de “reconstruir pontes” com a comunidade internacional, mas também um olhar atento ao seu entorno estratégico. Em declaração conjunta, Brasil e Argentina destacaram que a pauta do encontro teria como foco a “integração do gás” como projeto estratégico e a discussão sobre “uma moeda comum sul-americana” para fluxos financeiros e comerciais (VERDÉLIO, 2023).

Durante sua estadia na Argentina, Lula participou da cúpula de presidentes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), à qual o Brasil retorna após anos de ausência durante a gestão Bolsonaro. Na cúpula, Lula afirmou que “o Brasil está de volta à região e pronto para trabalhar lado a lado com todos”, e que o Brasil “volta a olhar para seu futuro com a certeza de que estaremos associados a nossos vizinhos bilateralmente, no Mercosul, na Unasur e na Celac” (DW, 2023). Em contrapartida, os presidentes dos países que integram a Celac celebraram o retorno do Brasil a esse foro internacional e se comprometeram a ampliar a integração latino-americana para o enfrentamento de desafios que assolam a região, tais como as crises institucionais no Peru e na Nicarágua, e a crise inflacionária na Argentina.

Na sequência, Lula esteve em Montevidéu para tratar, em especial, das negociações diretas do governo uruguaio com a China para um acordo de livre comércio. O principal esforço do governo brasileiro nessa visita foi tentar convencer o presidente uruguaio, Lacalle Pou, a não avançar de forma bilateral em um acordo com o governo chinês, o que seria, na visão da Argentina, Brasil e Paraguai, um desrespeito às regras do Mercosul e uma ameaça à manutenção do bloco. Embora a China seja o maior parceiro comercial do Brasil, Lula defendeu que seria mais urgente para a modernização do Mercosul a finalização da negociação com a União Europeia.

Sobre o Mercosul, Lula assumiu o governo com a promessa de fortalecer o bloco. Seu principal empenho tem sido a intensificação das conversas entre o Mercosul e a União Europeia, como forma de destravar o acordo comercial entre ambos os blocos. Vale destacar que referido acordo já foi aprovado, mas a ratificação encontra-se travada nos parlamentos dos países europeus devido à política ambiental brasileira no governo Bolsonaro. Além de ter mobilizado a diplomacia brasileira para negociar o destravamento do acordo, Lula estabeleceu contato telefônico com a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, havendo a promessa de visitas mútuas em breve. Todavia, as exigências ambientais dos países europeus continuam sendo um entrave que deve impedir que o acordo seja finalizado ainda no primeiro semestre de

2023, na contramão da expectativa do governo Lula.

Ainda no campo do fortalecimento do regionalismo, um anúncio importante ocorreu próximo do marco de 100 dias do governo, que foi o retorno do Brasil à União de Nações Sul-Americanas (Unasul), por meio da assinatura presidencial de um decreto promulgando o tratado de constituição do grupo, criado em 2008. Essa retomada mostra-se como um importante marco, tendo em vista a inexpressividade do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) e a importância da Unasul, responsável dentro outros elementos, pela criação do Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS) para elaboração de políticas de defesa conjunta e mais autônoma em relação à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Quanto à dinamização da participação brasileira no BRICS, destaca-se que em março de 2023 a ex-presidenta Dilma Rousseff começou a comandar o Novo Banco de Desenvolvimento, também chamado de Banco do BRICS. Com sua candidatura sendo amplamente apoiada pelo presidente Lula, Rousseff deve buscar uma atuação internacional mais incisiva da instituição, ao mesmo tempo em que enfrentará, em especial, dois desafios: impulsionar projetos ligados ao meio ambiente e contornar os impactos geopolíticos associados à guerra na Ucrânia, lembrando que a Rússia é um dos seus sócios-fundadores (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Mobilizando, novamente, a ideia de que o Brasil estava de volta ao cenário mundial, o presidente Lula foi aos Estados Unidos e se reuniu com Joe Biden. A conversa entre os dois estadistas e a declaração conjunta publicada na sequência giraram em torno, principalmente, das questões climáticas e da defesa da democracia. Também foram tratados temas como o fortalecimento da agenda de direitos humanos, combate à fome e à discriminação racial, efeitos do conflito entre Ucrânia e Rússia, fortalecimento das instituições multilaterais, e reforma do Conselho de Segurança. Apesar da amplitude de temas mencionados, verificou-se a falta de entendimentos e ações concretas mais substanciais como resultado desse encontro.

Por exemplo, os EUA acenaram com uma contribuição de US\$ 50 milhões destinada ao Fundo Amazônia, o que foi recebido com reservas pelo governo brasileiro, em comparação com os anúncios vultosos já feitos por países da União Europeia. Vale ressaltar que, em janeiro de 2023, a ministra da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha, Svenja Schulze, anunciou a doação de 200 milhões de euros para projetos de conservação de florestas e contenção de mudanças climáticas. Por outro lado, a expectativa de recursos mais expressivos por parte dos EUA não foi concretizada mesmo após a visita à Brasília do enviado climático estadunidense, John Kerry, em fevereiro de 2023.

Em contraste com a ida aos Estados Unidos, o governo Lula estabeleceu grandes expectativas em relação à visita à China (inicialmente adiada por questões de saúde do presidente brasileiro). Mesmo antes da visita oficial, parte da comitiva que já estava na China logrou importantes resultados, principalmente na agricultura e pecuária, como o fim

do embargo à venda de carne bovina do Brasil para o país asiático. Munido de uma comitiva repleta de empresários, governadores, senadores, deputados e ministros, são esperados o fechamento de mais de 20 acordos bilaterais entre o Brasil e seu principal parceiro comercial. Mesmo prezando pelo pragmatismo e pela postura equidistante na relação com os EUA e a China, em seus primeiros 100 dias o terceiro governo Lula tem visto com bons olhos os possíveis resultados dessa visita ao país asiático.

Há questões mencionadas durante os primeiros três meses do governo Lula, mas que não avançaram de forma explícita. Vale menção à aproximação com a África, visto que houve a sinalização do governo brasileiro de que seriam reatadas as interações e laços com países do continente. Nesse sentido, o governo informou, durante visita aos EUA, que estava planejando uma viagem para Angola, África do Sul e Moçambique.

Outro tema que depende de maiores tratativas é o posicionamento brasileiro em relação à guerra na Ucrânia. O presidente Lula sugeriu a formação de um grupo de países que pudesse negociar com ambas as nações em conflito. Todavia, verifica-se a falta de poder de agenda em torno da genérica proposta brasileira para o estabelecimento de um “clube da paz” para essa negociação. Ao mesmo tempo, houve destaque à recusa do governo brasileiro em atender o pedido da Alemanha para repassar munições a tanques do lado ucraniano, o que confirmou a postura do país de condenar a invasão russa, mas sem a intenção de assumir explicitamente um lado na guerra, diante das relações estratégicas com atores que estão diretamente ou indiretamente envolvidos nesse conflito.

Mesmo antes da concretização dessas ações nos 100 primeiros dias de governo, era esperado que não seria possível uma simples “volta ao normal” na Política Externa brasileira, que fosse capaz de desfazer de imediato os equívocos produzidos pelo governo Bolsonaro. Diante da amplitude dos estragos da gestão precedente e do contexto internacional atual, a política externa tem se mostrado mais reativa do que aquela produzida por Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, em sua versão “ativa e altiva”.

A expectativa é que após esses primeiros 100 dias o Brasil consiga estabelecer uma linha de ação mais clara em relação à Política Externa. A solução tem sido identificar a atuação internacional do país com temas como meio ambiente e combate ao desmatamento, promoção da democracia e dos direitos humanos, e fortalecimento do multilateralismo. Diante das escolhas nefastas do governo anterior durante a pandemia, seria importante que a política externa atual ofertasse maior destaque à disposição do Brasil em contribuir com debates sobre saúde global. De qualquer forma, a partir dos 100 primeiros dias da atual gestão percebe-se que o Brasil tem condições de trazer novas ideias e iniciativas para dinamizar a inserção internacional do país e pautar a agenda global em temáticas que estão na ordem do dia.

Referências

GT-RE. Relatório Final – Grupo de Transição – Política Externa. Brasília, dez. 2022.

LULA renova protagonismo do Brasil na cúpula da Celac. *Deutsche Welle*, 25/01/2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/lula-renova-protagonismo-do-brasil-na-c%C3%BApula-da-celac/a-64505287>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. Brazil and Argentina study creating a single currency for trade. **Agência Brasil**, Brasília, 23/01/2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2023-01/brazil-and-argentina-study-creation-single-currency-commercial-exchanges>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

* Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES) no PPGEST-UFF e pesquisador do Laboratório Nexus (associado ao grupo de pesquisa SeDeAMERICAS) e do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB/UFF). E-mail: tadeumacieli@id.uff.br

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

O terceiro governo Lula e os desafios na segurança pública

Talita Ribeiro*

A questão da segurança pública no Brasil é um problema complexo e multifacetado, que envolve diversas causas estruturais e conjunturais. Entre as causas estruturais, podemos destacar a desigualdade social e a exclusão econômica, a violência urbana, o tráfico de drogas, a corrupção, a impunidade, a falta de investimentos em políticas públicas efetivas e a falta de coordenação entre as diferentes esferas do governo. Já as causas conjunturais podem incluir crises econômicas, problemas políticos, conflitos sociais e mudanças demográficas, já que, como defendido por Ricardo Balestreri,

Pobreza não gera crime e nem violência. A pobreza é heroicamente honesta, de forma geral, e criminosos há entre os pobres e entre os ricos. [...] Já a injustiça social é, sem dúvida, um elemento predisponente da insegurança pública, da violência e da criminalidade. (2010, p.57)

Um dos principais desafios para essa área no Brasil é a falta de investimento em inteligência e prevenção, com a maioria dos recursos sendo destinada à repressão e ao combate direto ao crime. Além disso, a falta de integração entre as diversas agências governamentais dificulta a ação coordenada contra o crime. Ou seja, como a violência no Brasil está diretamente relacionada à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes, Luiz Eduardo Soares (2018) argumenta que a segurança pública não pode ser tratada apenas como um problema de polícia, mas deve ser pensada de forma mais ampla, envolvendo outras áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia e a psicologia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu novo mandato em meio a um cenário de grande desafio para a segurança pública no Brasil. Com a intensificação da violência em várias regiões do país, essa questão tornou-se uma das principais preocupações dos brasileiros. Já no início do governo, a pasta teve que lidar com a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro e com seus desdobramentos como, por exemplo, a intervenção no governo do Distrito Federal. Além disso, outras crises tiveram de ser resolvidas nesse período, como a crise humanitária envolvendo o povo yanomami, o combate ao trabalho escravo em vinícolas do Rio Grande do Sul e os ataques criminosos no Rio Grande do Norte.

Após uma campanha eleitoral que colocou a segurança como um dos temas centrais, a nova gestão federal vem buscando implementar medidas para enfrentar a violência e a criminalidade que assolam o país. Assim, os primeiros 100 dias do governo Lula 3 foram marcados por diversas discussões e ações relativas a essa pauta.

Uma das primeiras medidas adotadas foi a reestruturação do Ministério da Justiça, transformando-o em Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem como objetivo coordenar as ações das polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil, além de promover políticas integradas entre as esferas federal, estadual e municipal. A medida foi elogiada por especialistas em segurança, que consideram a pasta um passo importante para a articulação das políticas públicas nessa área. A reestruturação ocorreu em meio ao aumento dos índices de violência no país e à necessidade de uma resposta mais coordenada e eficaz por parte do Executivo Federal. A partir dela, o governo iniciou um processo de fortalecimento das instituições responsáveis pela segurança, com investimentos em equipamentos, treinamento e tecnologia.

Além disso, o governo federal vem investindo em ações de prevenção e combate à violência. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por exemplo, anunciou a criação do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que prevê ações de proteção às vítimas e de conscientização sobre a violência de gênero. A pasta também tem desenvolvido iniciativas de combate à criminalidade, principalmente através da Força Nacional de Segurança Pública, que atua em apoio aos estados em situações de crise.

Outra iniciativa importante foi a implementação do programa de policiamento comunitário em todo o país. O programa visa a aproximação entre a polícia e a comunidade, com o objetivo de reduzir a violência e o crime nas áreas mais vulneráveis. Por meio do programa, as comunidades são incentivadas a participar ativamente do processo de segurança, por meio de denúncias e informações sobre atividades criminosas. A ideia é que, ao conhecer melhor a realidade das comunidades, a polícia possa agir de forma mais eficaz na prevenção e repressão ao crime. O programa já foi implementado em várias regiões do país, com resultados positivos na redução de índices criminais.

O Plano Nacional de Segurança Pública também é uma medida importante a ser destacada, já que prevê ações integradas de prevenção e combate à violência em todo o país. O plano foi elaborado a partir de um diagnóstico das principais demandas da área, e contempla ações de reestruturação das polícias, melhoria do sistema prisional e investimentos em tecnologia e inteligência para o combate ao crime organizado. Além disso, foram implementadas uma série de medidas para combater a corrupção e a impunidade no setor. Foram criados mecanismos para a fiscalização e o controle das atividades policiais, com o objetivo de garantir a transparência e a responsabilidade na atuação dos órgãos de segurança. Alinhado com o Plano Nacional de Segurança Pública, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi retomado com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030, e de baixar as taxas envolvendo mortes violentas de mulheres e de lesão corporal seguida de morte. Com a implementação desses projetos, o novo governo não pretende reforçar o mecanismo de repressão dos indivíduos, mas realizar uma série de políticas de combate às desigualdades e aos problemas estruturais, que contribuem

para o aumento da violência e da criminalidade.

Diante do cenário delicado da área, é importante que o governo federal esteja atento a eventuais críticas e busque aprimorar as medidas adotadas. É fundamental que a questão da segurança pública seja tratada de forma integrada, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Investimentos em políticas públicas de prevenção e combate à violência, como ações voltadas para a juventude, educação e cultura, também são fundamentais para enfrentar o problema da criminalidade em todo o país.

Em resumo, nos primeiros 100 dias do governo Lula em 2023, o presidente e sua equipe demonstraram um compromisso sério com a questão da segurança pública no Brasil, tendo sido tomadas iniciativas importantes para enfrentar a violência. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a segurança dos cidadãos brasileiros, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

Referências:

BALESTRERI, Ricardo. Um novo paradigma de segurança pública. Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios. Salvador: Edufba, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Rio de Janeiro - História de um vilarejo a metrópole. Rio de Janeiro: Record, 2018.

*Bacharel em Relações Internacionais (UERJ) e mestranda em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). E-mail: talita.ribeiro@gmail.com

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

O governo Lula III e as Forças Armadas

*Danillo Avellar Bragança**

Nestes cem dias do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, algumas mudanças já podem ser sentidas. Pouco mais de seis anos após o golpe de 2016, a percepção é de que se retorna ao processo democrático, com as urnas apontando uma reparação histórica, além de avisar de muitas formas que o caminho seguido anteriormente não compunha mais a vontade da maioria da população brasileira.

Este texto, escrito como parte das primeiras avaliações sobre o novo governo, aponta caminhos novos e repetições, que, em comparação com os dois primeiros mandatos de Lula, podem sugerir o que há de permanência e o que há de correção. São rumos novos, diante dos anos em que os militares fizeram parte do governo, desde a cúpula até os escalões iniciais, e que podem sugerir algum aprendizado.

Assim, este texto tem como objetivo principal trazer ao foco o tema das relações civis-militares, a partir do dia da posse de Lula até o seu centésimo dia de mandato. Em comparação com os outros cem dias, do primeiro e do segundo mandato, será possível indicar minimamente o que há de novo e o que não há.

O primeiro mandato de Lula da Silva começou no primeiro dia de 2003. Importante dizer que o contexto era inteiramente outro. Mesmo com a crise econômica deixada pelo governo anterior, politicamente o país era estável, com os militares, inclusive, consentindo pacificamente com o estabelecimento do Ministério da Defesa (MD), em 1999. Porém, mesmo com o cargo de ministro sendo ocupado por civis, o MD, enquanto pasta separada do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), deu aos militares, ao longo do tempo, grande autonomia sobre as decisões políticas e orçamentárias, dentre outras, que deveriam caber ao que se entende como mando civil.

O primeiro chefe da pasta indicado por Lula foi o então embaixador José Viegas Filho. Tido como bem relacionado com os militares, seguiu a tradição do MD de ministros civis, muito embora a hierarquia dentro do ministério permanecesse sob tutela de militares de carreira. O perfil político-burocrático se repetiu com Waldir Pires, escolhido ministro da Defesa no segundo mandato de Lula, a partir de 2007, após um período em que o então vice-presidente da República, José Alencar, comandou o ministério. Político cassado em 1964, Pires esteve no exílio e, quando voltou, formou a base do que seria

mais à frente o PMDB. Em 2007, em meio à crise deflagrada pela greve dos controladores de voo, ele foi substituído por Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça do governo FHC e ex-presidente do STF, que acabaria por ser o ministro civil da Defesa que estabeleceria uma relação de maior proximidade com os militares.

Em 2023, o escolhido foi o pernambucano José Múcio Monteiro, também de perfil político-burocrático. Múcio foi escolhido - a despeito de outros nomes que circulavam fora do circuito partidário – devido à sua proximidade com Lula e ao seu bom trânsito com diferentes forças políticas e com os militares, resultante de uma longa trajetória, iniciada ainda durante os anos da ditadura, quando fora filiado à Arena.

Se os militares mantinham o domínio do MD, exceto pela chefia da pasta, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), os militares controlavam a maior parcela das funções atribuídas. O primeiro e único chefe do GSI com Lula, em seus dois mandatos, foi o general Jorge Armando Felix, depois de dois anos como comandante da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo. Assim, o GSI é uma “casa militar” por excelência, como o próprio nome e a trajetória institucional do gabinete pode sugerir: Estado-Maior do Governo, com Vargas; ainda com Getúlio, foi transformado em Gabinete Militar, permanecendo assim até 1992; virou Casa Militar com Collor e se transformou em GSI com FHC.

Mais estável que a própria democracia, o GSI sobreviveu como conselho privilegiado da presidência em termos de segurança institucional e inteligência, embora nunca tenha cumprido as duas funções de forma consistente. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foi criado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, pela Medida Provisória nº 1.670, de 19 de outubro de 1998. O decreto que regulamentou o funcionamento do GSI foi o Decreto nº 3.489, de 20 de junho de 2000. O GSI foi criado com a finalidade de assessorar o presidente da República em assuntos de segurança institucional e coordenar as atividades de inteligência do governo federal. Desde então, o GSI tem sido um órgão central na política de segurança e inteligência do governo federal. Foi extinto por Dilma Rousseff em 2015, após falhas graves no monitoramento das manifestações de 2013, 2014 e 2015. O GSI foi reinstituído pelo governo provisório de Michel Temer, em 2016. Em 2023, Lula escolheu o general Marco Edson Gonçalves Dias, que durante algum tempo compôs a segurança pessoal do presidente.

Os dois primeiros mandatos de Lula foram marcados pela ampliação da atuação das Forças Armadas para além das questões relacionadas à Defesa Nacional, alargando algumas das funções extraordinárias que lhe foram conferidas pelo texto constitucional de 1988. Em 2003, por exemplo, ocorreu um grande incêndio em uma área da Terra

Índigena Yanomami, na região amazônica do Brasil. O fogo se alastrou rapidamente pela vegetação seca da floresta, queimando casas, plantações e matando animais, além de causar graves danos à saúde e à vida dos indígenas que viviam na região. Acredita-se que o incêndio tenha sido causado por garimpeiros ilegais que atuavam na área.

O governo brasileiro, na época sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizou as Forças Armadas para atuar na região e combater o fogo. A operação contou com a participação de militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além de equipes de bombeiros e agentes de saúde. O objetivo era apagar as chamas, garantir a segurança dos indígenas e coibir a atividade ilegal de garimpo na região. A operação de combate ao incêndio foi liderada pelo General-de-Brigada Jorge Armando Félix, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). As Forças Armadas trabalharam em conjunto com órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Foi nesse contexto de ampliação das funções das FA, que a Lei 11.473 - nascida de uma MP de 14 de janeiro de 2007 - foi sancionada por Lula, em 10 de maio de 2007. A lei estabelece normas para a organização e o funcionamento das Forças Armadas brasileiras, regulamentando aspectos como a hierarquia e a disciplina, o ingresso na carreira militar, a promoção dos militares e o regime de trabalho. A lei também trata de assuntos relacionados à remuneração e aos benefícios dos militares, incluindo questões como aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio-moradia. Além disso, a lei prevê a criação de um conselho de defesa nacional, responsável por assessorar o presidente da República em assuntos relacionados à defesa nacional.

A Lei 11.473 é considerada uma das principais normas que regem a atuação das Forças Armadas no Brasil, tendo impacto direto na vida dos militares e na organização das atividades militares no país. A 11.473 criou condições palpáveis para que a cooperação federativa interagências pudesse se encontrar com o Ministério da Defesa. Por exemplo, o arcabouço jurídico aqui criado foi que deu oportunidade para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, então presidido por Sérgio Moro, pudesse ampliar a participação de militares da reserva em funções como investigação, policiamento ostensivo, guarda e custódia de presos, segurança de grandes eventos, policiamento ambiental, entre outras funções. As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OPGlo), muito criticadas por seu uso e desdobramento, também estão sob o mesmo guarda-chuva legal.

Já em 2023, durante os cem primeiros dias do governo Lula III, nova MPv foi

editada para garantir recursos, a título de crédito extraordinário, a ser usado em ações emergenciais na mesma TI lanomami. Produto direto da ação de garimpeiros ilegais na região, a MPv repete uma função similar à do governo Lula I. Isto sugere que o problema se aprofundou. Uma equipe interministerial, muito mais ampla que em 2003, atuou na região, com previsão orçamentária maior e com melhor organização em relação aos destinos do crédito viabiliza.

Sobre os decretos presidenciais, estes foram mais numerosos. O choque dos primeiros cem dias, além de um marco importante para a comunicação oficial e para os números de popularidade de um determinado governo, tem também impacto de aglutinar as forças políticas em torno de um nome específico, e isto com Lula tem peso dobrado. O decreto 11.475/2023, promulga o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, que tem impacto direto para Indústria de Defesa, e revitaliza também o Conselho de Defesa Sul-Americano.

O decreto 11.455/2023, sobre armas, foi debate ainda a ser resolvido no governo anterior. Por enquanto, o prazo para o cadastramento das armas de fogo foi estendido até o 3 de maio. O Exército tem sido duramente criticado pelo endosso à política de flexibilização para a compra de armas por civis, mas também por não ter conhecimento ou dados corretos sobre a quantidade, sobre a natureza, a função e a necessidade de se ter armamento exclusivo. Sobre isto, a responsabilidade foi transferida para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), sem retirar das Forças Armadas a sua obrigação. Ainda sobre Segurança Pública, mas em tema que interessa à Defesa, o decreto 11.436/2023, dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), também sob controle do MJSP.

Sobre inteligência, um decreto importante. O governo Lula transferiu, pelo decreto 11.426/2023, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) do GSI para a Casa Civil da Presidência. A ABIN historicamente foi constituída por militares. É a peça central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), e herdeira dos serviços de inteligência transformados em polícia política ao longo da história do país. O objetivo geral é desmilitarizar a Agência, que esteve envolvida em muitos desvios do governo anterior.

A necessidade de escolher um general menos alinhado à Bolsonaro, se isto for possível, foi uma das questões dos cem dias do governo Lula. O GenEx Tomás Ribeiro Paiva assumiu o Exército, mas não de primeira. A primeira escolha de Lula seguiu o padrão de antiguidade, e o nome indicado foi o de Julio Cesar de Arruda, também General de Exército. Nunca um general ficou tão pouco tempo no cargo. Foi defenestrado no dia 21 de janeiro, ainda no rescaldo da tentativa de golpe do 8 de

janeiro de 2023 e das investigações de caixa 2 e de corrupção ativa atribuídas ao governo anterior. Em 2003, Lula indicou o GenEx Francisco Roberto de Albuquerque, que ficou o primeiro mandato inteiro. No segundo mandato, em 2007, Lula optou pelo GenEx Enzo Peri, que por sete anos permaneceu à frente do Exército, sendo enfim substituído por Eduardo Villas-Bôas, já depois do golpe em Dilma Rousseff. Entre 2015 e 2023, foram sete comandantes diferentes. Para a Marinha, foi designado o Almirante-de-Esquadra Marcos Sampaio Olsen, que não contou com seu antecessor na cerimônia de posse. Para a Força Aérea, o Brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, que teceu muitos elogios ao Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

A relação de Lula com os militares nunca foi distante. Isto pode ser dito, da mesma maneira que pode ser dito também que é difícil encontrar oficial de alta graduação que não tivesse se alinhado ao governo Bolsonaro e que não tenha endossado o tweet publicado por Villas-Bôas, ou ainda, que tenha torcido o nariz contra o golpe em Dilma Rousseff. O que precisa ser feito talvez passe pela negociação que Lula sabe empreender, ao mesmo tempo que em outras pautas, outros atores possam evoluir. É notória a fala do ministro Silvio de Almeida, dos Direitos Humanos, sobre a Lei de Anistia e a necessidade de investigar os crimes cometidos por militares, desde a ditadura. O processo que tramita contra o algoz de Inês Etienne Romeu na Casa da Morte em Petrópolis, por estupro, pode criar novas tensões, mas é preciso experimentar estas tensões e garantir que a justiça e a reparação sejam feitas.

Os gritos de “sem anistia” importam, mas não é como se pessoalmente o presidente Lula fosse o primeiro soldado a cavar flanco contra as Forças Armadas. Isto não quer dizer que o governo não vá dar continuidade à algumas linhas de raciocínio e ação que foram abertas no passado, como a Comissão da Verdade, a mudança nos currículos militares e, ainda, pautas mais novas, como a do impedimento de militares participarem de processo eleitoral como candidatos e, depois, voltarem à ativa. Para além do entendimento que há sobre o tema, há também o momento em que as Forças Armadas se encontram. Há novas linhas de ação, como as que estão sendo abertas pelo Ministério dos Direitos Humanos, que devemos prestar atenção. A exposição, excessiva no governo Bolsonaro, acabou por prejudicar a imagem das Forças Armadas, que sempre atuando na penumbra conseguiram manter sua autonomia e seu cartel de privilégios, além de receberem portentosas parcelas do orçamento para investimento em projetos especiais.

*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: danillo.braganca@yahoo.com.br

Normas para submissão de artigos

1- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

2- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

3- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

4- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

5- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.